

Perspectivas e Desafios

Nesta edição, apresentamos as ações mais recentes desenvolvidas pela UNIPROCEEE durante a luta contra a privatização da CEEE, assunto que permanecerá em pauta pela nossa Entidade. O presidente do Conselho Deliberativo da Uniproceee faz uma ampla análise dos últimos acontecimentos promovidos pelo atual Governo do Estado e Assembleia Legislativa do RS.

Destacamos, também, nesta edição, um artigo da Presidência da Fundação CEEE que, sob nosso ponto de vista, é fator de tranquilidade para os participantes, na medida em que mostra um panorama evolutivo em sua capacidade patrimonial, atingindo o montante de R\$ 7 bilhões, numa conjuntura econômica nacional bastante desfavorável. A ampliação dos planos previdenciários é outro aspecto a ser apontado. O Plano Família Previdência está se consolidando como uma fonte de rentabilidade não só para os participantes, como também para seus familiares, e já conta com um contingente de 2.470 participantes e um capital na ordem de R\$ 16 milhões. A aprovação das alterações estatutárias, com a consequente redução de uma diretoria para minimizar custos operacionais e a utilização do nome fantasia Família Previdência visando a expansão dos planos previdenciários da ELETROCEEE, são medidas de fortalecimento da Entidade e garantia de um futuro promissor para os participantes.

Os planos de saúde, item da maior importância para todos, também estão recebendo atenção especial por parte da UNIPROCEEE, pois caso ocorra a privatização da CEEE, alternativas deverão ser apresentadas ao contingente de conveniados com a UNIMED, garantindo-lhes a manutenção dos planos e a não descontinuidade do atendimento.

Neleir Tavares Paz
Presidente

Privatizações, a quem interessa?

No último 02 de julho, os deputados estaduais do Rio Grande do Sul, por ampla maioria, aprovaram uma autorização para que o Governador Eduardo Leite (PSDB) privatize as empresas públicas CEEE, CRM e Sulgás. Na ocasião, o projeto foi aprovado tal e qual o governo o enviou à Assembleia Legislativa, sem emendas nem condicionantes quanto aos passivos dessas empresas, quanto ao destino dos funcionários e quanto à própria utilização dos recursos arrecadados com a venda do patrimônio público, mesmo após esforços de trabalhadores e parlamentares da oposição e da própria base governista em proporem tais condições.

Na prática, o Parlamento deu ao Governador um cheque em branco para que faça o que bem entender com as nossas empresas de energia, ficando livre para, inclusive, jogar para cima do Estado e das finanças públicas parte do ônus resultante do processo de privatização, a exemplo do que foi feito pelo ex-governador Antônio Britto (PMDB) em 1997. Na época, lembrando, 2/3 da área de distribuição da CEEE foi vendida, tendo o 1/3 restante absorvido 88% do passivo da mesma.

Ao que tudo indica, o Governador pretende privatizar as três empresas estatais de energia objetivando ingressar no polêmico Regime de Recuperação Fiscal (RRF), negociação que vem sendo feita desde o governo anterior. Nesse sentido, diferente do que foi prometido durante a eleição pelo atual Governador, o dinheiro (se houver) será utilizado para quitar dívidas antigas do Estado e cobrir o passivo de anos anteriores, não representando nenhum investimento novo para o Estado.

No entanto, antes mesmo de realizar as privatizações, o Governo deverá responder uma série de questões que ficaram abertas e que dizem respeito tanto aos eletricitários quanto a toda sociedade gaúcha. Por exemplo, o que será feito com a dívida que a CEEE possui com a Fundação CEEE? O contrato da dívida prevê que em caso de mudança do controle acionário da Companhia, ela seja paga de uma única vez. O contrato será cumprido? E os demais passivos e dívidas (trabalhistas e de empréstimos) tanto da CEEE quanto das demais empresas, com quem ficarão? Quem absorverá e arcará com os empregados ex-autárquicos? E quanto aos funcionários das empresas, serão mantidos por quanto tempo após a venda? Será feito algum Plano de Desligamentos para incentivar os trabalhadores a deixarem as empresas? São questões que nos preocupam e que nos impõem a necessidade de permanecermos alertas.

Além disso, devemos lamentar que a maioria dos deputados tenha sido a favor da perda da soberania energética do Rio Grande do Sul em troca de um plano tão questionável e danoso ao nosso estado como o RRF. Troca-se ativos estratégicos para o nosso desenvolvimento econômico e social por uma carência no pagamento da dívida do RS com a União durante três anos, podendo ser renovada por mais três. Enquanto isso a dívida se acumula e continua rendendo juros para que, num futuro próximo, tenhamos que fazer ainda mais sacrifícios para honrá-la. Não há dúvidas sobre quem será chamado a pagar a conta mais uma vez: os servidores públicos e a população mais humilde que terá que buscar no setor privado os serviços que o Estado deveria oferecer com qualidade.

Seguiremos até o fim na luta contra esse desmonte do patrimônio público gaúcho e contra os tenebrosos planos que em nada contribuem para o desenvolvimento sustentável do Rio Grande do Sul, afinal, o jogo só termina quando o juiz apita, e há muita briga ainda a ser feita a fim de preservar o interesse dos trabalhadores gaúchos de hoje e das gerações futuras. Contamos com os nossos sócios e demais eletricitários nessa batalha.

Rodrigo Henrique Costa Schley
Presidente do Conselho Deliberativo da UNIPROCEEE



UNIPROCEEE e demais entidades representativas da CEEE, entregam documento técnico aos Deputados Estaduais contra a privatização da CEEE.

Entidades cobram respostas do Governador sobre questões relevantes envolvendo a privatização da CEEE, CRM e Sulgás.



UNIPROCEEE e diversas entidades na Câmara de Vereadores de Viamão solicitando moção de repúdio contra a privatização da CEEE, CRM e Sulgás.

Com a palavra, o presidente (*)

O ano de 2019 está sendo muito positivo para a Fundação CEEE. Neste primeiro semestre, os resultados estão excelentes, com recordes em termos de crescimento patrimonial e de ingresso de participantes nos planos previdenciários. O patrimônio ultrapassou os R\$ 7 bilhões e o número de participantes continua crescendo, acumulando mil novos integrantes no primeiro semestre deste ano, chegando perto da marca de 17 mil. Prestes a completar 40 anos, que serão comemorados no dia 17 de dezembro, a Fundação segue cumprindo sua missão com solidez, garantindo o pagamento de benefícios para mais de 9 mil assistidos, entre aposentados e pensionistas, para os quais repassa uma folha de R\$ 650 milhões anuais. A rentabilidade, no primeiro semestre, está na faixa dos 12% no CeeePrev, nosso maior plano que já conta com um patrimônio de R\$ 3,2 bilhões.

São resultados como estes que nos colocam como maior Entidade Fechada de Previdência Complementar do Estado, posição que torna a Fundação atrativa para o ingresso de patrocinadores e instituidores de outros segmentos da economia. Hoje, 17 empresas e entidades associativas oferecem planos previdenciários a seus empregados e associados pela Fundação CEEE, organizações que acreditam em nossa expertise como gestora de recursos que proporcionarão mais qualidade de vida na aposentadoria.

Nossos indicadores de crescimento demonstram que temos capacidade para gerir a previdência complementar de novas organizações. Inclusive temos produtos padronizados, os planos Família Previdência Associativo e Corporativo, que permitem o ingresso por meio de um simples convênio de adesão e a entrada de familiares como participantes da Fundação. Considerando o contexto de incerteza sobre os resultados da Reforma da Previdência em debate no Congresso Nacional, a previdência complementar fechada é uma solução que beneficia toda a classe trabalhadora por meio da capitalização sem fins lucrativos.

Um passo importante para o crescimento da Fundação foi a recente aprovação do novo texto estatutário que reduz sete cargos na governança, gerando mais eficiência e menores custos, cria um nome fantasia para a Entidade, que passa a se chamar “Fundação Família Previdência”, mantendo a razão social como “Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE”. Estamos focados no crescimento da Fundação, tornando-a



mais competitiva para atender empresas de vários setores da economia. Além de gerar melhores resultados para os planos previdenciários, somos comprometidos com os participantes, zelando pela preservação de seus direitos e pelo pagamento justo das obrigações previdenciárias. Recentemente, formamos uma comissão multidisciplinar, composta por membros do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva para acompanhar os desdobramentos e negociações, caso ocorra um processo de reestruturação societária do Grupo CEEE. Em janeiro, encaminhamos correspondência ao Governador do Estado, e ao Secretário do Meio Ambiente e Infraestrutura, solicitando nossa participação em todos os grupos e reuniões institucionais que tratem do processo de alienação de qualquer parcela do Grupo CEEE. Na mesma correspondência, apresentamos todas as garantias legais, direitos dos participantes e as obrigações das patrocinadoras CEEE-D e CEEE-GT com os planos. Em junho, tivemos encontros com bancadas de partidos na Assembleia Legislativa, entregando cópias desta documentação. Também estamos contratando uma assessoria especializada para tratar exclusivamente deste assunto. Portanto, nossos participantes ativos, aposentados e pensionistas não terão prejuízo, no caso uma reestruturação societária do Grupo CEEE. Em 1997, quando ocorreu a privatização de parte da CEEE que resultou na criação da RGE e da então AES Sul, os planos previdenciários continuaram sob administração da Fundação e, até hoje, as patrocinadoras seguem cumprindo suas obrigações previdenciárias. O mesmo ocorreu com os participantes vinculados à parcela federalizada, que resultou na criação da CGTEE. Acreditamos que este será o caminho para que os participantes vinculados aos planos do Grupo CEEE continuem usufruindo dos benefícios proporcionados pela Fundação.

(*) Rodrigo Sisnandes Pereira
Diretor-Presidente, Fundação CEEE

Entidades cobram Governador

Na sequência da pauta de defesa da CEEE e das outras empresas energéticas do RS (CRM e Sulgás), a Frente Parlamentar pela Soberania Energética Nacional promoveu encontro, no dia 15 de julho na sede do Sindicato dos Engenheiros do RS (Senge), para definir os próximos passos das instituições e buscar respostas mais claras sobre o futuro das empresas, dos empregados e da destinação dos recursos em caso de privatização. A presidente da Uniproceee, Neleir Paz, pontuou questões relevantes sobre assuntos ainda não esclarecidos pelo governador e pelos deputados nos acontecimentos recentes envolvendo esse tema. Ficou acertado que a Frente Parlamentar pela Soberania Energética Nacional

encaminhará, em nome de todas as instituições presentes no encontro, questionamentos específicos ao governador do Estado, Eduardo Leite. Os temas envolverão perguntas de caráter econômico-financeiro, de gestão e de pessoal, ainda não respondidas pelo atual chefe do executivo estadual, e que tampouco foram devidamente debatidas pelos parlamentares gaúchos. - Os valores oriundos da ação impetrada pela CEEE no novo processo da CRC (Conta de Resultados a Compensar), estimados em aproximadamente R\$ 10 milhões ficarão com quem? Estado ou quem, porventura, comprar a CEEE?

- Como será administrada e quitada a dívida que a CEEE possui com a Fundação CEEE? Como será o cumprimento desse contrato?
- Como serão administrados e quitados os demais passivos e dívidas das Empresas, em especial da CEEE?
- E as questões relativas aos ex-autárquicos? Como será administrado e feito o pagamento a esses funcionários?
- E os empregados ativos? Haverá novo Programa de Desligamento Voluntário prévio a um eventual processo de privatização?
- Como serão utilizados os recursos pelo Estado em uma possível privatização? Estas são questões que devem, necessariamente, ter respostas antes da modelagem e edital de venda.

PLANOS DE SAÚDE

A AFCEEE – Associação dos Funcionários das Companhias e Empresas de Energia Elétrica do RS, ciente de que caso ocorra a privatização da CEEE, o convênio mantido com a UNIMED provavelmente será extinto, está em tratativas com aquela Cooperativa no sentido de firmar um convênio nos moldes do mantido com a CEEE, visando ofertar a

possibilidade de manutenção dos planos de saúde aos usuários atuais. Para tratar do assunto, dia 02/07, estiveram reunidos na UNIMED, representantes da Cooperativa, o presidente da AFCEEE e dois membros de sua diretoria e a presidente da UNIPROCEEE, esta para acompanhar as tratativas já que o assunto também é de

interesse de seus associados. A boa receptividade por parte dos representantes da UNIMED com relação a proposta da AFCEEE, leva a crer na possibilidade concreta de uma alternativa para a manutenção dos planos de saúde.

FESTA ANUAL DE CONFRATERNIZAÇÃO

DATA: 08 de Novembro de 2019

LOCAL: Sociedade Germânia

Programe-se! Como sempre haverá muita animação. Contamos com sua presença!

Boletim Informativo da União dos Profissionais das Companhias e das Empresas de Energia Elétrica – UNIPROCEEE
Av. Joaquim Porto Villanova, 201, Prédio E2C. Fone (51) 3382-4972. E-mail: uniproceee@uniproceee.com.br
Site: www.uniproceee.com.br

Diagramação: Mara Medeiros Fotos: Uniproceee